

PJM / PMMR

CONTRATO Nº: 20230024

CONTRATADA: FRANCISCA ELIZANGELA CAVALCANTE ROSA

**EMENTA: ADITIVO DE PRAZO DE VIGÊNCIA. OBJETO
CONTRATO DE ALUGUEL. APLICAÇÃO DO ART. 62, §3º
DA LEI 8.666/93, COMBINADA COM A LEI 8.245/91.**

RELATÓRIO:

Trata-se de análise para solicitação de ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA por 12 (doze) meses ao **contrato nº 20230024**.

Foi solicitado pela Secretaria Municipal de Administração através do memorando de nº 301/2023-SEMAD, fundamentando o pedido de aditivo de prazo de vigência do contrato em questão, *cujo objeto é um contrato de aluguel de um imóvel para fins não residenciais, de propriedade da senhora FRANCISCA ELIZANGELA CAVALCANTE ROSA, localizado na rodovia PA 252, nº 650, Bairro Severino de Oliveira, onde funcionará a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e saneamento do município de Mãe do Rio - PA.*

A Secretaria de Administração solicitou o aditivo de Prorrogação do contrato, informando que o prazo de vigência do contrato será encerrado no dia 31/12/2023, sendo necessária a prorrogação da vigência do contrato de aluguel.

É o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO:

Como alhures exposto, versam os presentes autos acerca da análise da possibilidade e legalidade de prorrogação do **contrato nº 20230024** com a senhora **FRANCISCA ELIZANGELA CAVALCANTE ROSA**.

Inicialmente deve-se destacar que nos contratos de locação de imóveis em que a Administração Pública ocupa a posição de locatária, o regime jurídico aplicável será o de direito privado, incidindo apenas as normas gerais previstas na Lei nº 8.666/93, que sejam compatíveis com as normas de direito privado.

Assim discorre sobre a possibilidade e legalidade da solicitação ora formulada conforme verifica-se no artigo 62º, I, § 3º da Lei 8666/93 que determina:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa,

autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 3º Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:

I - aos contratos de seguro, de financiamento, de locação em que o Poder Público seja locatário, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;

O dispositivo remove a ideia de submissão dos contratos de locação de imóveis nos quais a administração figure como locatária da regra disciplinada no art. 57, inc. II, da Lei 8666/93, amoldando-se perfeitamente a presente pretensão no que descreve o artigo 62º, I, § 3º da Lei 8666/93.

Nesse sentido, aplica-se, portanto, a Lei do Inquilinato (Lei nº 8.245/91), que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

É a Fundamentação.

CONCLUSÃO:

Ante o exposto, observado o pedido de Aditivo de prazo, bem como os documentos apresentados, e a justificativa técnica apresentada, OPINA-SE pela prorrogação do contrato, conforme ofício nº 301/2023-SEMAD da Secretaria Municipal de Administração, e realização do Termo Aditivo do **contrato nº 20230024**, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento, por não encontrar óbices legais no procedimento nos termos da fundamentação, de acordo com artigo 62º, I, § 3º da Lei 8666/93 e a Lei nº 8.245/91.

É o parecer, SMJ.

Mãe do Rio – Pará, 29 de dezembro de 2023.

HALEX BRYAN SARGES DA SILVA

PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 001/2022

OAB/PA N. 25.286